

CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DE NOVA FRIBURGO/RJ

Aos Cuidados do Pregoeiro da Licitação / Pregão Eletrônico nº 244/2022

16 de fevereiro de 2023.

Pregão Eletrônico nº 244/2022

Josiane Pocidonio Pereira EIRELI - EPP, inscrita sob o CNPJ nº 35.496.391/0001-61, com sede na Rua Isaura Maia de Souza, nº 235 - Loja 01, Ave Maria, Carmo-RJ, Cep.: 28640-000, vem, mediante sua representante legal, por meio desta, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela licitante “LUCIANE CORRÊA MENDES”, com base nos argumentos abaixo elencados.

1. Da Tempestividade

Tal impugnação merece ser recebida, haja vista sua tempestividade, pois a licitante foi intimada (via e-mail) e teve acesso aos autos dos recursos no dia 14 de fevereiro de 2023. Considerando que o prazo máximo estabelecido para apresentação de tais contrarrazões é de 03 (três) dias úteis, o terceiro dia referente a tal intimação seria o dia 17 de fevereiro de 2023. Portanto, tal peça é tempestiva.

De acordo com as informações prestadas pelo servidor municipal Jonathan P. Chaves, as contrarrazões devem ser encaminhadas via e-mail, por alguma inconsistência no site “Compras Net”, que é o local previsto em Edital para apresentação das mesmas. Portanto, não há descumprimento ao Edital na apresentação por e-mail, tendo em vista que o próprio servidor verificou e nos informou da impossibilidade de apresentação pelo site competente.

2. Das Razões do Recurso Administrativo

Alega a empresa recorrente, que a licitante vencedora dos itens “07” e “08” “apresentou proposta com preços extremamente abaixo do preço de referência, gerando dúvidas quanto à qualidade do produto ofertado. Baseia suas alegações no fato técnico de o valor ofertado na proposta ser significativamente menor que o valor estimado pela administração. Supõe, ainda, que a proposta “não pode ser considerada exequível, uma vez que destoa completamente dos preços médios praticados no mercado.”

A recorrente afirma que “não é razoável a aprovação de proposta no valor de R\$ 6,98 (SEIS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), haja vista, que o órgão licitante apresentou uma estimativa de R\$ 46,33(quarenta e seis reais e trinta e três centavos) para o preço do galão de 05 litros.” E solicita que a empresa recorrida seja inabilitada por esse motivo.

3. Do Princípio da Economicidade

É patente que um dos princípios norteadores da Licitação é o da economicidade, que, por mais autoexplicativo que seja, merece ser conceituado.

O princípio constitucional da economicidade se refere a forma de contratação do produto/serviço pela administração pública. Através da aplicação de tal princípio, busca-se obter o resultado esperado com o menor gasto possível. Porém, a economicidade não é antônimo/oposto de eficiência, vez que o princípio da economicidade prevê que o resultado esperado deve ser alcançado, e esse resultado deve ser cumprido com o menor gasto possível. Não é o fato de o produto/serviço prestado ser mais barato que deve ser menos eficiente, menos capaz de atender aos interesses da administração.

No caso em tela, os itens cotados pela empresa vencedora têm total capacidade de alcançar os objetivos buscados pela sua aquisição. O fato de terem valor abaixo do usual de mercado deveria ser comemorado, e não impugnado.

3.1. Do Valor Estimado e da Proposta da Licitante Recorrente

No momento do pregão, com todos os concorrentes presentes, foi estimado um preço, ou seja, o valor médio dos orçamentos previamente obtidos. A proposta apresentada pela licitante recorrida é mais baixa que o valor previsto pela administração, não conseguimos enxergar nisso o mesmo problema enxergado pela recorrente.

Ainda que o recurso interposto pela empresa “LUCIANE CORRÊA MENDES” seja conhecido, não merece ser acolhido, vez que seu argumento, além de vago e sem base em fatos reais, prejudicaria economicamente à administração caso fosse aceito.

Acolher ao recurso interposto pela licitante recorrente faria com que o princípio da economicidade fosse lesado.

4. Da qualidade do produto ofertado

Uma das suposições feitas pela recorrente foi sobre a qualidade do produto, já que seu preço está abaixo do usualmente encontrado no mercado. Acontece que, contrariando essa suposição, o item possui certificado da ANVISA, conforme pode ser observado no site da marca. Além disso, segue anexo a esse documento a tabela com as especificações e a ficha de informações de segurança de produto químico, disponíveis no referido site.

Além de anexado ao e-mail, o documento aqui descrito pode ser acessado pelo seguinte link: <https://cordexquimica.com.br/wp-content/uploads/2020/10/0004-CORDEX-HIPOCLO RITO-DE-SODIO-1.pdf>

A qualidade do produto é facilmente comprovável pelas informações disponíveis no site, portanto, fica possível perceber que em momento algum houve a oferta de itens em desacordo com o Objeto Convocatório, o que, por si só, tira a validade dos argumentos utilizados pela recorrente.

A empresa trabalha com a distribuição desse item há anos, não havendo qualquer reclamação nas prefeituras nas quais realiza sua entrega.

4. Dos Pedidos

a) Sejam conhecidas as contrarrazões aqui apresentadas, vez que tempestivas e de acordo com as exigências do Edital;

b) Seja acolhido o pedido de **não ser provido o recurso interposto pela licitante “LUCIANE CORRÊA MENDES”**, pelas contrarrazões ora expostas, com base no princípio norteador da Licitação Pública, economicidade.

c) **Seja mantida a decisão do pregoeiro** que habilitou e classificou a licitante Josiane Pocidonio Pereira EIRELI - EPP.

Atenciosamente, Josiane Pocidonio Pereira EIRELI - EPP

Carmo, 16 de fevereiro de 2023.

NICOLLI LADEIRA DE MENEZES
ADVOGADA - OAB/MG 201.980